

CONCESSIONÁRIA DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS SPE. S.A.

**Informações Contábeis Intermediárias referente ao
trimestre findo em 31 de março de 2023**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Acionistas e Diretores da
Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S.A. ("Companhia") em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

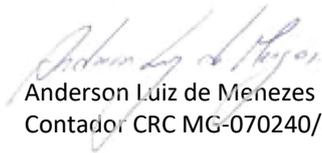


Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1)

Belo Horizonte 12 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	<u>Notas</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>Notas</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.536	28.308	Fornecedores	11	2.137	86
Contas a receber	5	3.458	-	Obrigações trabalhistas	12	1.881	375
Estoque	6	1.049	-	Obrigações tributárias	13	590	36
Outras contas a receber		698	68	Obrigações diversas	14	2.657	99
Impostos a recuperar	7	564	388	Empréstimos e financiamentos	15	1.727	1.640
Total do ativo circulante		21.305	28.764	Direito de uso a pagar	16	1.004	-
				Total do passivo circulante		9.996	2.236
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Impostos a recuperar	7	610	610	Empréstimos e financiamentos	15	150.000	150.000
Imobilizado	8	2.338	332	Direito de uso a pagar	16	540	-
Intangível	9	169.936	163.348	Total do passivo não circulante		150.540	150.000
Direito de uso	10	1.247	-				
Total do ativo não circulante		174.131	164.289	Patrimônio líquido			
				Capital social	17	35.560	35.560
				Adiantamento para futuro aumento de capital		6.440	6.440
				Prejuízos acumulados		(7.100)	(1.183)
				Total do patrimônio líquido		34.900	40.817
Total do ativo		195.436	193.054	Total do passivo e patrimônio líquido		195.436	193.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita líquida	18	4.364
Custo dos serviços prestados	19	<u>(4.662)</u>
Prejuízo bruto		(298)
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas administrativas	19	(2.661)
Despesas gerais	19	(819)
Despesas tributárias	19	(14)
Resultado operacional		<u>(3.792)</u>
Receitas financeiras	20	263
Despesas financeiras	20	(2.388)
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(5.917)</u>
Prejuízo do período		<u><u>(5.917)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para o período de três meses findos em 31 de março de 2023

Em milhares de reais

	<u>31/03/2023</u>
Prejuízo do período	(5.917)
Outros componentes do resultado abrangente	-
Total do resultado abrangente	<u>(5.917)</u>

Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de três meses findos em 31 de março de 2023 e para os três meses findos em 31 de março de 2022

Em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	0	-	-	0
Saldos em 31 de março de 2022	0	-	-	0
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.560	6.440	(1.183)	40.817
Prejuízo do período	-	-	(5.917)	(5.917)
Saldos em 31 de março de 2023	35.560	6.440	(7.100)	34.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o período de três meses findos em 31 de março de 2023

Em milhares de reais

	<u>31/03/2023</u>
Das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(5.917)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido e o caixa líquido	
Depreciação e amortização	838
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	6.018
Outros Ajustes	561
	<u>1.500</u>
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais	
Contas a receber	(3.458)
Estoque de insumos	(1.049)
Impostos a recuperar	(176)
Créditos diversos circulante	(609)
Fornecedores	2.051
Obrigações trabalhistas	1.506
Obrigações tributárias	554
Outras contas a pagar	2.558
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.877</u>
Juros pagos	(5.932)
Fluxo de caixa líquido proveniente (usado) nas atividades operacionais	<u>(3.055)</u>
Das atividades de investimento	
Aquisições de ativo imobilizado	(1.973)
Aquisição de ativo intangível	(7.718)
Caixa usado nas atividades de investimento	<u>(9.691)</u>
Das atividades de financiamento	
Pagamento Arrendamento Mercantil	(27)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.772)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	28.308
No final do período	15.536
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.772)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

1 Contexto operacional

A Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) foi constituída em 06 de dezembro de 2021 e está inscrita sob o CNPJ 44.615.216/0001-37. É uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, número 1.931, 15º andar – Jardim Paulistano – São Paulo - São Paulo – CEP.: 01.452-910. O Contrato de Concessão com a Autarquia Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP, ao qual teve a lavratura autorizada pelo Despacho SEI nº 068980521, datado em 16/08/2022, com o contrato assinado em 22/11/2022 a findar em 16/11/2047, compreendendo os serviços cemiteriais envolvendo a gestão, operação, exploração, revitalização, e expansão dos seguintes cemitérios:

- (I) Consolação;
- (II) Quarta Parada;
- (III) Santana;
- (IV) Tremembé;
- (V) Vila Formosa I;
- (VI) Vila Formosa II; e
- (VII) Vila Mariana.

A principal fonte de receita, serão os serviços funerários e cemiteriais prestados aos municípios de São Paulo.

Em contraprestação pela concessão da exploração dos cemitérios, a Companhia pagou ao Município de São Paulo a outorga fixa o montante de R\$155.525, decorrente da oferta realizada no leilão objeto da Concessão, e deverá pagar ao poder concedente:

- i) trimestralmente, o pagamento da Outorga variável resultante da aplicação da alíquota de 4% (quatro por cento) sobre a totalidade das Fontes de Receitas Tarifárias auferidas no período, sendo paga a partir do quarto mês de início, momento no qual serão apresentados os demonstrativos contábeis; e
- ii) Anualmente ficará sob responsabilidade da Concessionária, mensurar a parcela a ser eventualmente a título de Adicional de Desempenho, podendo resultar em até 5% (cinco por cento) sobre a receita composta pela totalidade das Fontes Receitas Tarifárias.

Os valores das Fontes de Receita serão reajustados pelo IPCA-IBGE a cada 12 (doze) meses, utilizando com data-base inicial o mês correspondente à data da ordem de início.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração dos cemitérios e crematórios.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final de Contrato

de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas de estimativa no decorrer da Concessão:

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>Previsto até o fim da concessão</u>
Obras em Cemitérios	120.689
Custo com Columbários e Jazigos	109.965
Obras em Crematórios	9.505
Equipamentos e Digitalizações e Meio Ambiente	20.290
	<hr/> <hr/> 260.449

Em 06 de janeiro de 2023 foi assinada pelo Poder Concedente a Ordem de Serviço para a Companhia iniciar a operação assistida, no intuito de conhecer os trabalhos de serviços de gestão de cemitérios e funerários.

No dia 07 de março de 2023, a Concessionária assumiu a todas as responsabilidades, gestão de cemitérios, serviços funerários e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração dos cemitérios, crematórios.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2023, foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 12 de maio de 2023.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 21), e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias são preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os

valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas - os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 21 – Realização do imposto de renda e contribuição social diferido (realização das provisões sobre as quais a Companhia constituiu o diferimento dos impostos).

3 Principais práticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período de 3 meses findo em 31 de março de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, salvo disposição em contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

As aplicações financeiras que não atendem à definição de equivalentes de caixa, a sua classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

b. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo compreende aos custos de aquisições de materiais cemiteriais para a prestação de serviços.

c. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como

itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquido, dentro de outras receitas ou outras despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos corriqueiros para manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e correspondente são as seguintes:

Equipamentos de informática	20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas equipamentos	10% a.a.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

- Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessões firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

- Licenças de software

Os *softwares* são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

e. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se os pagamentos forem devidos no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

g. Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, as despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado e não pelo líquido.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados pelo lucro real com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que a sua realização não seja mais provável.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”);
- iii. Ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”).

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Ativos financeiros

Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- **É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e**

- **Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente reconhecidos a valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Administração também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa dos passivos modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado, nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluído ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

i. Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Reconhecimento da receita

i. Receita de serviços

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços, e reconhecida de acordo com a competência em que os serviços são prestados, decorrentes de contrato, de tal forma que a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca da transferência de controle de bens e serviços.

O reconhecimento será aplicado em um modelo de cinco etapas para contabilização que são: (1) Identificação de contratos de clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço para as obrigações de performance; (5) reconhecimento da receita.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

k. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Desde 1º de Janeiro de 2023, foram emitidas e entraram em vigor as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas:

- Alterações no CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Decorrentes de Uma Única Transação
- Alterações no CPC 26 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
- Alterações no CPC 26 - Divulgação de Políticas Contábeis
- Alterações no CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia efetuou a avaliação e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras, pois não há operações significativas relacionadas à contratos de arrendamento e vinculadas a taxas de juros objeto da reforma.

l. Arrendamento

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

m. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Impostos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Perda do valor recuperável de ativos não financeiros: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/12/2022
Bancos	28	1
Aplicações financeiras	15.508	28.307
	15.536	28.308

As aplicações financeiras referem-se a recursos mantidos em Fundo de Investimentos Itaú Fixa Crédito Privado e ABC Brasil com remunerações que variam na média entre 95% e 102% do CDI (95% e 102% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5 Contas a receber

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Empresa está exposta, considerando as características das contrapartes e da prestação de serviços funerários.

	31/03/2023	31/12/2022
Clientes	2.535	-
Ordem Serviço a faturar (i)	923	-
	<u>3.458</u>	<u>-</u>

- (i) O saldo de R\$923 em 31 de março de 2023 refere-se a serviços prestados que ainda não foram faturados até a data base.

Os saldos de clientes no montante de R\$2.535 em 31 de março de 2023 estão classificados a vencer.

6 Estoques

	31/03/2023	31/12/2022
Estoques de insumos na prestação de serviço	1.049	-
	<u>1.049</u>	<u>-</u>

7 Impostos a recuperar

	31/03/2023	31/12/2022
IRRF A Recuperar S/ Aplicação Financeira	564	388
IRPJ Diferido S/ Prejuízo Fiscal	448	448
CSLL Diferido S/ Prejuízo Fiscal	162	162
	<u>1.173</u>	<u>998</u>
Circulante	564	388
Não circulante	610	610

Os ativos fiscais diferidos estão relacionados, principalmente, a prejuízos fiscais. Esses ativos fiscais diferidos serão utilizados para compensar lucros tributáveis futuros..

8 Imobilizado

A composição dos saldos do imobilizado é a seguinte:

31/03/2023			
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Moveis e Utensílios	164	(2)	162
Equipamentos de informática	653	(30)	623
Instalações	135	(5)	131
Obras em andamento	1.352	-	1.352
Equipamento Fúnebres	71	(1)	70
	2.376	(38)	2.338
	2.376	(38)	2.338

31/12/2022			
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Moveis e Utensílios	9	(0)	9
Equipamentos de informática	97	(2)	95
Instalações	135	(1)	134
Obras em andamento	94	-	94
	335	(3)	332
	335	(3)	332

A movimentação do imobilizado para os exercícios de 2023 e 2022 pode ser demonstrada como segue:

Mapa de movimentação do imobilizado

Valor de custo:	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Obras em andamento	Equipamentos Fúnebres	Total
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-
Adições	9	97	135	94	-	335
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2022	9	97	135	94	-	335
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(2)	(1)	-	-	(3)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2022	-	(2)	(1)	-	-	(3)
Valor residual líquido	9	95	134	94	-	332

Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE. S.A.
Informações Contábeis Intermediárias referente ao
período findo em 31 de março de 2023

Valor de custo:	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Obras em andamento	Equipamentos Funebres	Total
Em 31 de dezembro 2022	9	97	135	94	-	335
Adições	156	556	-	1.258	71	2.041
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março 2023	165	653	135	1.352	71	2.376
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro 2022	(0)	(2)	(1)	-	-	(3)
Adições	(2)	(29)	(3)	-	(1)	(35)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março 2023	(2)	(31)	(4)	-	(1)	(38)
Valor residual líquido	163	622	131	1.352	70	2.338

9 Intangível

A composição dos saldos do intangível é a seguinte:

	31/03/2023		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Direitos de comercialização	2.000	-	2.000
Outorga Fixa Bloco I	155.525	(522)	155.003
Outros ativos intangíveis	95	(3)	92
Em andamento			
Custos Pre Operacionais	12.884	(43)	12.841
Total do intangível	170.505	(569)	169.936
	31/12/2022		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Outorga Fixa Bloco I	155.525	-	155.525
Outros ativos intangíveis	24	(1)	23
Em andamento			
Custos Pre Operacionais	7.800	-	7.800
Total do intangível	163.349	(1)	163.348

*Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE. S.A.
Informações Contábeis Intermediárias referente ao
período findo em 31 de março de 2023*

A movimentação do intangível para os exercícios de 2023 e 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Direitos de comercialização	Outorga Fixa Bloco I	Custos Pré-operacionais	Software	Website	Total
Valor de custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	155.525	7.799	24	-	163.348
Adições	2.000	-	5.646	67	5	7.718
Baixas	-	-	(561)	-	-	(561)
Transferência para Investimento	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março 2023	2.000	155.525	12.884	91	5	170.505
Valor da amortização:						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(522)	(43)	(3)	-	(569)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março 2023	-	(522)	(43)	(3)	-	(569)
Ativo intangível líquido	2.000	155.003	12.841	87	5	169.936

	Outorga Fixa Bloco I	Custos Pré-operacionais	Software	Total
Valor de custo:				
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adições	155.525	7.799	24	163.348
Baixas	-	-	-	-
Transferência para Investimento	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2022	155.525	7.799	24	163.348
Valor da amortização:				
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-
Baixas	-	-	(0)	(0)
Em 31 de dezembro 2022	-	-	(0)	(0)
Ativo intangível líquido	155.525	7.799	24	163.348

A Companhia registrou em seu ativo intangível a outorga decorrente da oferta do leilão para concessão do direito de explorar os serviços cemiteriais envolvendo a gestão, operação, exploração, revitalização, e expansão dos seguintes cemitérios: (I) Consolação, (II) Quarta Parada, (III) Santana, (IV) Tremembé, (V) Vila Formosa I e (VI) Vila Formosa II e (VII) Vila Mariana, pelo valor original de R\$155.525.

Os custos relacionados a captação de empréstimos e demais montantes previstos em Edital, no valor de R\$7.799 foram reconhecidos no Intangível com base na no CPC 04 por ser previsível que para este ativo seja atribuído prováveis benefícios econômicos em favor da entidade, a ser amortizado pela vigência do contrato de concessão.

10 Direito de uso

	Imobilizado Arrendado - Imoveis	Imobilizado Arrendado - Veiculos	Total
Valor de custo:			
Em 31 de dezembro 2022	-	-	-
Adições	529	1.190	1.719
Baixas	(62)	(174)	(236)
Transferência para Investimento	-	-	-
Em 31 de março 2023	467	1.016	1.483
Valor da amortização:			
Em 31 de dezembro 2022	-	-	-
Adições	(62)	(174)	(236)
Baixas	-	-	-
Em 31 de março 2023	(62)	(174)	(236)
Direito de uso	405	842	1.247

11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios:

	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores Diversos	2.137	86
Total	2.137	86

12 Obrigações trabalhistas

	31/03/2023	31/12/2022
Férias e encargos	524	180
Salários	1.350	44
Outros	7	151
Total	1.881	375

13 Obrigações tributárias

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	193	16
ISS	209	-
PROVISÃO IMPOSTOS S/ PROV. RECEITA	132	-
IRRF	3	2
CRRF	2	11
INSS	51	7
Total	<u>590</u>	<u>36</u>

14 Obrigações diversas

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a pagar	28	99
Outorga variável-fundo municipal desenvolvimento	167	-
Adicional de desempenho-fundo municipal	208	-
Direitos de comercialização a pagar	1.000	-
Outras Provisões	1.254	-
	<u>2.657</u>	<u>99</u>

15 Empréstimos e financiamentos

	<u>Indexador + Juros (a.a.)</u>	<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/03/2023</u>
Em moeda Nacional:			
Financiamento	Indexador CDI + 3,28% a.a.	07/09/2024	<u>151.727</u>
Empréstimos e financiamentos curto prazo			<u>1.727</u>
Empréstimos e financiamentos longo prazo			<u>150.000</u>

A movimentação dos saldos encontra-se a seguir:

Em 31 de dezembro 2022	150.000	1.640	151.640
Entradas	-	-	-
Varição Cambial/Juros	-	6.018	6.018
Pagamentos	-	(5.931)	(5.934)
Em 31 de março 2023	<u>150.000</u>	<u>1.727</u>	<u>151.727</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante referente a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	<u>31/03/2023</u>
2023	1.727
2024	150.000
Total	<u>151.727</u>

Cláusulas restritivas

O contrato de empréstimo e financiamento da Companhia possuem cláusulas contratuais restritivas com base em indicadores não financeiros.

Garantias e fianças

Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não há bens dados em garantias e fianças em operações de empréstimos.

16 Direito de uso a pagar

O reconhecimento do contrato de locação da sede administrativa e dos veículos, usando como taxa de desconto, a taxa média de 17,50% ao ano. Esta taxa, assim como o prazo de expectativa de uso deste contrato, é revisada anualmente.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamentos a pagar - Imóveis	489	-
Arrendamentos a pagar - Veículos	1.055	-
	<u>1.544</u>	<u>-</u>
Circulante	1.004	-
Não circulante	540	-

Abaixo a movimentação e composição do arrendamento a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>
Juros	(283)
Adições	1.827
Saldo em 31 de março de 2023	<u>1.544</u>

17 Capital social

(a) Capital Social

Em 31 de março de 2023 o capital social é de R\$ 35.560 (R\$ 35.560 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado e dividido em 35.560.000 (35.560.000 ações em 2022), assim distribuídas entre os sócios:

Acionistas	%	Ações	Capital
Atena Participações S.A.	50%	17.772.638	17.774
Construtora Aterpa S.A.	25%	8.893.430	8.893
Engeform Engenharia Ltda	25%	8.893.430	8.893
Total	100%	35.560.000	35.560.000

Em 08 de setembro de 2022 as acionistas Atena Participações S.A., Construtora Aterpa S.A. e Engeform Engenharia Ltda., realizaram aumento de capital no montante de R\$ 35.560, assim, a participação total no capital passou a ser de R\$ 17.774, R\$ 8.893. e R\$ 8.893. respectivamente.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 08 de setembro de 2022 as acionistas Atena Participações S.A., Construtora Aterpa S.A. e Engeform Engenharia Ltda., realizaram um adiantamento para futuro aumento de capital conforme demonstrado a seguir. Os valores serão integralizados durante o exercício do ano 2023.

Acionistas	%	Ações	Capital
Atena Participações S.A.	40%	2.576.000	2.576.000
Construtora Aterpa S.A.	30%	1.932.000	1.932.000
Engeform Engenharia Ltda	30%	1.932.000	1.932.000
Total	100%	6.440.000	6.440.000

18 Receita líquida

	2023
Receita de Serviços Funerários	3.766
Receita de Serviços Cemiteriais	466
Receitas Acessórias	858
Impostos sobre serviços prestados	(725)
Total	4.364

19 Custos e despesas por natureza

	31/03/2023
Prestação de serviços	(1.717)
Pessoal	(3.954)
Depreciação e amortização	(817)
Frete	(22)
Prestação de serviços de terceiros	(814)
Marketing	(15)
Veículos	(132)
Viagens	(115)
Locação de imóveis	(205)
Outras Despesas	(352)
	(8.142)
Custo dos serviços prestados	(4.662)
Despesas administrativas, gerais e tributárias	(3.480)
	(8.142)

20 Resultado financeiro

Receitas financeiras e despesas financeiras

	31/03/2023
Rendimento de aplicações financeiras	222
Outras receitas financeiras	41
Receitas financeira	263
Juros sobre empréstimos	(2.190)
Juros, multas e IOF pagos	(4)
Outras despesas financeiras	(207)
Despesas financeiras	(2.402)
Receita (despesas) financeiras líquidas	(2.139)

21 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os valores de IRPJ e CSLL demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal.

	31/03/2023	31/12/2022
Prejuízo acumulado	(5.917)	(1.793)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL conforme alíquota	-	-
IRPJ Diferido	-	448
CSLL Diferido	-	162
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
Corrente	-	-
Diferido	-	610

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de moeda e de taxa de câmbio e juros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade especulativa.

Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de liquidez

A gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra as obrigações contratuais da Companhia de acordo com a expectativa de vencimentos.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual		
		6 meses ou menos	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	15.536	15.536		
Contas a receber	3.458	3.458		
Outras contas a receber	698	698		
Sub total	19.692	19.692	-	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	151.727	1.727	-	150.000
Fornecedores	2.137	2.137	-	-
Sub total	153.864	3.864	-	150.000

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Derivativos

A Companhia não apresenta contratos de derivativos em aberto em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro 2022.

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgação sobre o valor justo.

Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização,

que envolve os seguintes aspectos:

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis. A Companhia não possui em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro 2022, ativos financeiros a classificar considerando esse nível de hierarquia.

Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia, todos classificados como custo amortizado, são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo amortizado (ativos financeiros)		
Caixa e equivalentes de caixa	15.536	28.308
Contas a receber	3.458	-
Outras Contas a receber	698	68
Custo amortizado (passivos financeiros)		
Fornecedores	2.137	86
Empréstimos e financiamentos	151.727	151.640
Direito de uso a pagar	1.544	-
Seguros a pagar	28	99
Outorga variável-fundo municipal desenv.	167	167
Adicional de desempenho-fundo municipal	208	208
Direitos de comercialização	1.000	1.000
Outras provisões	1.254	1.254

23 Compromissos

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final de Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas de estimativa no decorrer da Concessão:

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>Previsto até o fim da concessão</u>
Obras em Cemitérios	120.689
Custo com Columbários e Jazigos	109.965
Obras em Crematórios	9.505
Equipamentos e Digitalizações e Meio Ambiente	20.290
	<hr/> <hr/> 260.449